

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os próximos itens, relativos ao instrumental de pesquisa em processos de investigação social.

- 51** A efetividade do processo de elaboração de um projeto social pressupõe a observância dos dados coletados acerca das políticas públicas e dos programas em execução relacionados à proposta do projeto em questão, bem como da legislação e dos equipamentos sociais e jurídicos pertinentes.

JUSTIFICATIVA - Certo. Na justificativa de um projeto social, os dados das políticas públicas, da legislação e do equipamento jurídico e da rede de apoio são fundamentais. Deve haver um levantamento das políticas públicas gerais e específicas existentes, identificando-se a ausência/presença de práticas na perspectiva da intersectorialidade. Mais detalhadamente busca-se mapear os programas e projetos em execução, observando seus recursos, pontos fortes e fracos, capacidade de atendimento, atividades, fluxograma de atendimento e normas. A coleta desses dados ainda exige o conhecimento do equipamento jurídico e da legislação ligada à proposta, bem como dos equipamentos sociais existentes.

- 52** A técnica de pesquisa qualitativa denominada grupo focal tem como característica a coleta de informações por meio de entrevista, a ser realizada simultaneamente com vários participantes de um estudo e de forma interativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. O grupo focal se define como uma técnica de pesquisa qualitativa, que se utiliza de entrevista em profundidade realizada em grupo para coleta de informações provenientes das interações entre os participantes, a partir da condução do(a) moderador(a) por meio de questões norteadoras.

- 53** A elaboração de projetos sociais requer a definição de um ou mais objetivos, os quais devem ser formulados obedecendo-se a determinados critérios, como, por exemplo, o de exequibilidade, que corresponde à possibilidade de o projeto ser implementado independentemente do tempo estabelecido no cronograma.

JUSTIFICATIVA - Errado. A exequibilidade é sim um dos critérios a ser observado na elaboração de projetos sociais, mas ela se refere à possibilidade de determinado projeto ser executado dentro do tempo previsto.

Acerca do planejamento e da gestão de projetos sociais, bem como dos planos, programas, projetos e atividades de trabalho do assistente social, julgue os itens subsequentes.

- 54** Quando o planejamento de um projeto social prioriza o produto final em detrimento do processo, esse planejamento opera sob a lógica da razão crítica e propositiva, constituída pela prática contínua da equipe em uma perspectiva teleológica.

JUSTIFICATIVA - Errado. O planejamento pode ser uma ferramenta aplicada e direcionada para a construção de um plano de ação por quem tem *expertise* técnica, sem a participação de um sujeito coletivo, identificado com a realidade que se quer transformar. A lógica operante nesse modelo é a da razão instrumental. Ou o planejamento pode ser um dispositivo, onde o mais importante não é o produto, isto é, o plano ou projeto de ação, mas o processo, isto é, o caminho de sua produção. Nesse segundo sentido, o planejamento segue a lógica da razão crítica e propositiva, constituída pela prática contínua da equipe numa perspectiva teleológica.

- 55** A operacionalização do planejamento social exige um aparato teórico-metodológico que deve ser sustentado por conceitos concretos, isentos de caráter abstrato.

JUSTIFICATIVA - Errado. A operacionalização parte de uma definição teórico-metodológica dos conceitos, algumas vezes,

bastante abstratos.

- 56** Devem ser consideradas, no âmbito da gestão de projetos sociais, as pessoas ou organizações cujos interesses sejam capazes de influenciar aquele projeto de modo direto ou indireto, denominadas *stakeholders*.

JUSTIFICATIVA - Certo. *Stakeholders* são todas as pessoas ou organizações que atuam ativamente do projeto, envolvidas de forma direta ou indireta, cujos interesses podem influenciar sua execução de maneira positiva ou negativa. São exemplos de *stakeholders*: patrocinadores, clientes, gerente do projeto, equipe, fornecedores, sociedade.

- 57** Ao delinear e publicizar o projeto de trabalho, o assistente social contribui para a consolidação do projeto ético-político da categoria, bem como estabelece os parâmetros profissionais que demarcam o seu trabalho.

JUSTIFICATIVA - Certo. O projeto de trabalho constitui um instrumento fundamental para a consolidação do projeto ético-político profissional. Ao desenhá-lo e publicizá-lo, o assistente social estabelece os parâmetros profissionais que demarcam o seu trabalho e o compromisso assumidos com o projeto coletivamente construído pela profissão, ao longo das últimas décadas, em conjunto com as organizações da categoria.

No que concerne à avaliação e à gestão de programas e políticas sociais, julgue os itens que se seguem.

- 58** Uma das características dos modelos progressistas de organização e gestão de programas sociais é o entendimento de que há uma relação determinista entre produto e impacto ou entre cobertura e custo de um programa.

JUSTIFICATIVA - Errado. São os modelos tradicionais de organização e gestão de programas sociais que costumam assumir uma relação determinista entre produtos e impacto. Por isso, suas preocupações centrais são a cobertura e os custos do programa.

- 59** Diferentemente da eficácia, a eficiência de um programa ou de uma política social consiste no grau com que se alcançam as metas do projeto em determinado período de tempo, independentemente de seus custos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Em relação à produção, os conceitos de eficácia e eficiência estão associados somente com a análise dos produtos do projeto. Eficácia é o grau em que se alcançam as metas de produção de um projeto em um período de tempo, independentemente de seus custos. Eficiência é a relação que existe entre os produtos (bens e serviços) e os custos dos recursos (insumos e atividades) de um projeto em relação com um padrão.

- 60** Na avaliação de um programa social, o seu impacto — significância qualitativa da mudança observada na população-alvo — é medido por meio de uma comparação, feita mediante grupos de controle, entre a situação inicial (linha de base) e a situação posterior (linha de comparação).

JUSTIFICATIVA - Certo. O impacto consiste na magnitude quantitativa da mudança observada na população-alvo, que o projeto obteve com a entrega de seus produtos. Determina-se o impacto ao comparar a situação inicial (linha de base) com uma situação posterior (linha de comparação), controlando os efeitos externos ao projeto (mediante grupos de controle).

- 61** O monitoramento de um programa social é realizado de forma concomitante à execução das atividades e metas previstas no programa, podendo a informação resultante do monitoramento ser utilizada como base para ações corretivas potencialmente necessárias.

JUSTIFICATIVA - Certo. O monitoramento é concomitante à

execução e compara o que foi realizado com o programado, com base em padrões e no rendimento de outros programas. A informação resultante do monitoramento é canalizada por meio de diferentes circuitos de informação, com o objetivo de realizar ações corretivas em tais funções e processos.

A respeito de estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção social, julgue os itens a seguir.

62 De acordo com o projeto ético-político do serviço social, o assistente social deve, durante as visitas domiciliares, repudiar qualquer perspectiva fiscalizatória e punitiva, e ratificar ações de identificação dos elementos relevantes para o acesso e a ampliação dos direitos sociais do usuário em atendimento.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o CFESS, as visitas domiciliares (entrevistas no domicílio/território) são importantes instrumentos a serem utilizados por assistentes sociais porque favorecem uma melhor compreensão acerca das condições de vida dos usuários, que envolvem a situação de moradia (residência e bairro) e as relações familiares e comunitárias. Nesse sentido, a visita domiciliar não pode ser utilizada como meio de verificação de dados fornecidos pelo usuário. Deve-se superar qualquer perspectiva de fiscalização dos modos de vida da população, que também envolvem sua cultura e suas rotinas.

63 O assistente social, conforme parâmetros estabelecidos para a sua atuação profissional na política de assistência social, pode realizar abordagem individual, familiar ou grupal, orientada pela perspectiva do atendimento psicoterapêutico e da educação social, com o intuito de direcionar a superação de situações de opressão e de violação de direitos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Entre as competências específicas constantes dos parâmetros para atuação profissional na assistência social, destacam-se as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e de acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais.

64 No âmbito da política de assistência social, uma intervenção social interdisciplinar, com o somatório de diferentes saberes profissionais, tem a potência de contemplar requisições individuais e coletivas, com vistas à redução das variadas formas de violência social e exploração.

JUSTIFICATIVA - Certo. As abordagens das diferentes profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos(as) trabalhadores(as) no âmbito da política de assistência social, os(as) profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.

65 Destaca-se, no contexto da Política de Assistência Social, destaca-se a matricialidade sociofamiliar, o núcleo social fundamental, ou seja, a família, enquanto conceito ampliado: grupo de pessoas com laços consanguíneos ou motivadas por atos de solidariedade e afeto, com codependência econômica, obrigações recíprocas e compartilhamentos das renda e dos gastos advindos das necessidades coletivas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a

efetividade da política de assistência social. Trabalha-se com um conceito ampliado de família, como grupo unido tanto por laços consanguíneos como de solidariedade e afetividade, que desenvolvem obrigações recíprocas para a sua sobrevivência e reprodução social, incluindo o compartilhamento de renda e(ou) dependência econômica. Reconhece-se a legitimidade da diversidade dos arranjos familiares, sendo a família uma instituição social em constante transformação dentro do seu contexto histórico. Portanto, a família também é marcada por tensões e conflitos ligados ao cotidiano, às relações de geração e de gênero, às relações com instituições sociais e com o próprio Estado.

66 A perícia social, que pode ser realizada, por exemplo, para fins de identificação dos determinantes sociais que afetam a saúde e os direitos do trabalhador, é uma competência do assistente social em que lhe é facultada a adoção de sua avaliação técnica.

JUSTIFICATIVA - Errado. A perícia social é uma atribuição profissional do assistente social que, através de uma avaliação técnica, busca compreender as questões de saúde do periciado e suas relações com a perspectiva do direito demandado. Segundo o Art. 5.º da Cartilha de Serviço Social, constituem atribuições privativas do assistente social: IV realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social (www.planalto.gov.br).

67 A opinião técnica do assistente social sobre a realidade social de um usuário precede as ações profissionais e a adoção de outros procedimentos e instrumentos técnicos para o encaminhamento da demanda apresentada por esse usuário.

JUSTIFICATIVA - Certo. A opinião técnica integra a construção do conhecimento da(o) assistente sobre a realidade social da(o) usuária(o) em atendimento, em articulação com a demanda que lhe é apresentada. E, a partir dessa opinião técnica, decorrem outras ações profissionais, como a eleição de outros procedimentos e instrumentos técnicos para o aprofundamento do conhecimento, as orientações e os encaminhamentos.

Julgue os próximos itens, relativos à intersetorialidade.

68 Uma vez que o território é o *locus* da luta de classe e das manifestações das expressões da vida social, o conhecimento acerca dele é requisito para a aplicabilidade da estratégia de intersetorialidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Uma das ações imprescindíveis para a aplicabilidade da estratégia intersetorialidade é o conhecimento do território. Afinal, o território é o *locus* da luta de classes que expressa a vida social em movimento.

69 A intersetorialidade contribui para uma gestão que supere a fragmentação da administração das políticas sociais, bem como impulsiona um olhar em totalidade acerca das manifestações da questão social.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um dos eixos estruturantes da política social é a intersetorialidade. Ela possui uma lógica de gestão que objetiva romper com os moldes fragmentados de administração das políticas sociais, possibilitando a formação de novas ações e conceitos que pensam a execução dos serviços sociais e como eles se conformam entre o Estado e os cidadãos. Na intersetorialidade, há um olhar mais ampliado para as manifestações da questão social, visando, dessa forma, propiciar maior participação dos profissionais e dos usuários envolvidos nessas políticas.

70 Na estratégia da intersetorialidade, evitam-se as contradições nas decisões políticas, a fim de se prevenirem a fragmentação e a escassez de recursos que podem resultar dessa discordância.

JUSTIFICATIVA - Errado. A intersetorialidade considera vários setores, que devem interagir de forma recíproca, compartilhando diversos conhecimentos e objetivando dar respostas às expressões

da questão social. É fundamental destacar que essa estratégia pressupõe decisões políticas e é cercada de contradições, fragmentações, resistências, escassez de recursos, entre outros.

Historicamente, as empresas sempre praticaram ações no sentido de contribuir para o atendimento das necessidades sociais emergentes da sociedade. No Brasil, até o início dos anos 1980, a classe empresarial tinha compreensão de que a solução dos problemas sociais era estritamente responsabilidade do Estado, que, por meio das políticas sociais públicas, deveria equacionar as situações oriundas da miséria, da falta de habitação, do analfabetismo, das questões ambientais, entre outras.

María José de Oliveira Lima. *As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social*. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2009 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, considerando o contexto histórico de desenvolvimento da dimensão da responsabilidade social nas empresas brasileiras.

71 Durante muitos anos, a filantropia configurou-se como a principal estratégia de responsabilidade social do empresariado brasileiro para a intervenção de dimensões socioambientais e nas expressões da questão social brasileira.

JUSTIFICATIVA - Certo. No contexto de desenvolvimento da dimensão da responsabilidade social nas empresas brasileiras, o empresariado brasileiro sempre compreendeu ser uma tarefa exclusiva do Estado, ficando para a categoria desenvolver apenas ações que acreditasse serem benéficas, de forma pontual e a depender da intenção de cada agente, fora do caráter de programas e projetos sistematizados. Esse comportamento seguia uma ótica de ações filantrópicas do empresariado brasileiro que trata as questões socioambientais e as expressões da questão social como foco de benevolência e caridade através de ações individuais.

72 Antes dos anos 1980, a atuação do empresariado brasileiro no que se refere à responsabilidade social realizava-se de forma pontual e de acordo com intenção de cada agente.

JUSTIFICATIVA - Certo. No contexto de desenvolvimento da dimensão da responsabilidade social nas empresas brasileiras, o empresariado brasileiro sempre compreendeu ser uma tarefa exclusiva do Estado, ficando para a categoria desenvolver apenas ações que acreditasse serem benéficas, de forma pontual e a depender da intenção de cada agente, sem o caráter de programas e projetos sistematizados.

Julgue os seguintes itens, relativos a balanço social.

73 Por ser instrumento de ação e disseminação de informações sociais e econômicas que subsidiam o planejamento de uma empresa, o balanço social não pode ser utilizado como estratégia constituinte de indicadores de responsabilidade social.

JUSTIFICATIVA - Errado. O balanço social consiste em instrumento que reúne todas as informações sobre as atividades de caráter social e não obrigatórias que a empresa realiza durante um período de tempo, visando à transparência em suas ações, além de contribuir para melhorar a comunicação e o sistema de informação da organização para com todas as partes interessadas. De acordo com a literatura de referência, o balanço social deve ser ferramenta de ação e divulgação das informações econômicas e sociais que possam servir como instrumentos de apoio ao planejamento do desenvolvimento. Essa ferramenta representa um indicador de responsabilidade social.

74 As empresas, sejam elas públicas ou privadas, ao reunirem todas as informações sobre suas atividades de caráter social e não obrigatórias, realizadas em períodos determinados e delimitados por elas, como ferramenta de transparência e

comunicação interna e externa de suas ações sociais, realiza o que se denomina balanço social.

JUSTIFICATIVA - Certo. O balanço social consiste em instrumento que reúne todas as informações sobre as atividades de caráter social e não obrigatórias que a empresa realiza durante um período de tempo, visando à transparência em suas ações, além de contribuir para melhorar a comunicação e o sistema de informação da organização para com todas as partes interessadas.

75 O balanço social configura-se como instrumento de uso exclusivo do Estado para indicar se uma empresa é merecedora do selo Balanço Social, por meio de ferramentas de análise contábil.

JUSTIFICATIVA - Errado. O balanço social consiste em um instrumento que reúne todas as informações sobre as atividades sociais e não obrigatórias que uma empresa realiza em determinado período, contribuindo assim com a transparência de suas ações, bem como, na comunicação interna e externa delas. Não se configura enquanto instrumento exclusivo do Estado e muito menos através de ferramentas de análise contábil.

Em relação aos instrumentos técnico-operativos que auxiliam o pleno exercício do serviço social, julgue os itens subsequentes.

76 O informe, ou informação técnica, que se caracteriza como uma informação inicial e(ou) complementar relacionada à ação profissional de serviço social, é uma atribuição privativa do assistente social.

JUSTIFICATIVA - Certo. No exercício profissional do assistente social nas instituições, por diversas vezes, o profissional poderá ser demandado ao envio de um relato de alguma informação inicial e(ou) complementar relacionada à ação profissional, geralmente de forma breve. Esse instrumento se caracteriza como informe ou informação técnica e por versar sobre matéria do serviço social, é uma atribuição privativa do assistente social, garantida pela lei de regulamentação da profissão e pela Resolução CFESS n.º 557/2009.

77 O laudo social serve como um elemento de prova, oferecendo subsídios de base social para a formação de um juízo sobre uma questão social ou para uma tomada de decisão.

JUSTIFICATIVA - Certo. O laudo social consiste em instrumento privativo do assistente social, tendo por finalidade fornecer o suporte necessário ao processo decisório sobre um caso em análise, servindo como elemento de prova através dos elementos de base social.

78 O laudo social, atribuição privativa do assistente social, deve expressar com riqueza de detalhes os conteúdos do estudo social realizado sobre o caso demandado.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o art. 5 da Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, são atribuições privativas do assistente social:

IV realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

Dessa forma, o laudo social se configura como instrumento privativo do assistente social e, por sua natureza, não deve expressar com riqueza de detalhes os conteúdos do estudo social realizado, devendo apenas fornecer os elementos necessários para subsidiar a tomada de decisão sobre o caso em análise.

79 O assistente social que participe de equipes multidisciplinares poderá elaborar, em conjunto com os demais profissionais, laudos e pareceres psicossociais referentes às demandas sociais apresentadas, desde que os documentos sejam subscritos com o nome dos profissionais e o respectivo número de registro de classe.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a Resolução CFESS n.º 557/2009, que versa sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões

técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, o assistente social poderá participar de equipes multidisciplinares sempre que possível, sendo proibida a elaboração de documentos em conjunto, sendo, portanto, necessária a garantia do livre exercício legal da profissional na confecção dos documentos que se façam necessários, respeitadas as atribuições privativas da profissão. O artigo 1.º da resolução destaca ser privativo do assistente social a realização de laudos, pareceres, perícias e manifestações sobre matéria de serviço social, e o artigo 4 destaca que a participação do assistente social em equipes multidisciplinares deve garantir a especificidade da atuação, bem como deve destacar em separado as suas contribuições nas intervenções em conjunto, sendo vedada a elaboração de documentos de cunho psicossociais, por exemplo.

- 80** O parecer social possui caráter conclusivo acerca da análise da situação social observada, devendo ser emitido como parte final de um estudo social.

JUSTIFICATIVA - Errado. O parecer social possui caráter conclusivo ou indicativo da análise da situação social observada, e pode ser emitido como parte final ou como conclusão de um laudo social e não de um estudo, visto que um laudo social tem por finalidade dar suporte à decisão judicial, formação de um juízo ou tomada de decisões.

- 81** O parecer social consiste na exposição e manifestação sucinta sobre determinada situação social fruto do processo de observação e da realização de um estudo socioeconômico.

JUSTIFICATIVA - Certo. O parecer social constitui instrumento privativo do assistente social e cujo objetivo é expor ou manifestar de forma sucinta uma situação social fruto dos processos de trabalho a partir das mediações estabelecidas via observação do caso e realização de estudo socioeconômico. O documento deve focar objetivamente a situação social analisada, trazendo uma finalização de caráter conclusivo e/ou indicativo, devendo considerar as representações, valores e significados presentes no contexto sociocultural onde o usuário desenvolve suas relações sociais, sem perder a dimensão ética de garantia dos direitos.

A respeito da série ISO 14000, julgue os itens que se seguem.

- 82** O rol de normas estabelecidas na série ISO 14000 beneficia as empresas, ao garantir, na prática, a inércia das políticas ambientais de redução da poluição e do melhor aproveitamento das matérias-primas e de organização de mecanismos de gestão ambiental responsável.

JUSTIFICATIVA - Errado. No item indicado, o erro está alocado na indicação da inércia como benefício das normas que a série ISO 14000 apresenta para as empresas, o que é equivocado, visto que a principal garantia é a de implementação de políticas ambientais que visam superar a inércia de processos, conectando-as a objetivos e metas que dialoguem com a realidade da empresa em seu cotidiano.

- 83** A ISO 14000 define os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental, permitindo que a organização formule políticas e objetivos que levem em conta os requisitos legais, buscando o acompanhamento de impactos ambientais significativos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A série de normas ISO 14000 apresenta diretrizes para auditorias ambientais, avaliação do desempenho ambiental, rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida dos produtos. Ou seja, especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental, de modo a permitir que a organização formule políticas e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais significativos.

- 84** A série ISO 14000 tem por finalidade a normatização do equilíbrio dual de proteção ambiental e prevenção de poluição com as necessidades de desenvolvimento econômico e social estabelecidas pelas empresas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A série de normas ISO 14000 corresponde a um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) editado pela ISO (International Organization for Standardization). [...]A finalidade dessa série de normas é promover o equilíbrio entre proteção ambiental, prevenção de poluição e necessidades sociais e econômicas.

- 85** A normatização organizada pela ISO 14000 estabelece o imperativo de requisitos absolutos para o desempenho ambiental nas empresas, que vão além do comprometimento em atender à legislação e a regulamentos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ISO 14000 não estabelece o imperativo de requisitos absolutos, a norma apenas parametriza o desempenho ambiental das empresas a partir do que já é estabelecido no rol das legislações vigentes e dos regulamentos estabelecidos expressamente na política, buscando assim, as melhorias aplicáveis e o compromisso com elas.

Em relação à norma SA 8000, que trata da gestão da responsabilidade social das empresas, julgue os itens seguintes.

- 86** A certificação SA 8000 é obrigatória para todas as empresas que desenvolvem suas atividades em solo brasileiro, constituindo-se como baliza do Estado na salvaguarda do preceito constitucional de respeito às normativas da OIT e da Carta dos Direitos Humanos de 1948.

JUSTIFICATIVA - Errado. A SA 8000 é uma certificação emitida pela SAI e a adesão pelas empresas tem caráter voluntário, não sendo, portanto, uma certificação obrigatória das empresas que atuam no território brasileiro. Essa certificação garante que a empresa adote práticas de proteção aos direitos humanos dos seus trabalhadores e não se constitui como baliza do Estado brasileiro na salvaguarda dos preceitos constitucionais de respeito às normativas da OIT e da Carta dos Direitos Humanos da ONU de 1948.

- 87** A norma SA 8000 tem como base as convenções da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração de Direitos Humanos da ONU, legislações nacionais e internacionais, normas industriais e códigos de conduta das empresas que submetem suas organizações ao processo de certificação.

JUSTIFICATIVA - Certo. A norma SA 8000 é baseada em padrões internacionalmente reconhecidos de trabalho decente, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, convenções da OIT e leis nacionais.

A norma SA8000 surgiu em 1997, publicada pela SAI (Social Accountability International). Tem por base a Declaração de Direitos Humanos da ONU, a Organização Internacional do Trabalho e outros direitos humanos internacionais, legislação nacional e internacional e normas industriais e códigos de conduta.

- 88** As empresas que aderem à certificação SA 8000 apresentam melhorias nas condições de trabalho, como saúde e segurança, conscientização sobre direitos e oportunidades de organização para os trabalhadores, locais de trabalho mais seguros e maior retenção de trabalhadores.

JUSTIFICATIVA - Certo. As empresas que aderem à certificação SA 8000 apresentam cenários melhores em termos de condições de trabalho, como saúde e segurança, conscientização sobre direitos e oportunidades de organização para os trabalhadores, combate à discriminação, locais de trabalho mais seguros e maior retenção de trabalhadores. O combate ao trabalho infantil no mundo do trabalho é uma das ações da SAI via certificação.

João é pessoa com deficiência, tem 10 anos de idade e reside com seus pais e dois irmãos. A família recentemente se mudou de cidade devido à transferência do local de trabalho do pai de João. Quando chegaram à nova cidade, os pais de João tentaram matriculá-lo em um estabelecimento de ensino privado,

no entanto sua inscrição foi recusada em razão de sua deficiência. Agora, visando garantir a assistência à saúde de João, seus pais desejam contratar um plano privado de assistência à saúde.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei Nacional da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 7.853/1989), julgue os seguintes itens.

89 Caso a deficiência de João seja grave e não enseje a necessidade de hospitalização, ele terá direito a receber atendimento domiciliar de saúde.

JUSTIFICATIVA - CERTO, de acordo com o artigo 2.º, inciso II, alínea “e”, da Lei Nacional da Pessoa com Deficiência.

90 A recusa à inscrição de João no estabelecimento de ensino privado em razão de sua deficiência configura crime punível com pena de reclusão e multa.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o artigo 8.º, inciso I, da Lei Nacional da Pessoa com Deficiência. Lei n.º 7.

91 É permitido ao plano privado de assistência à saúde cobrar valores diferenciados para o ingresso de João no referido plano, devido à preexistência da deficiência.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com artigo 8.º, § 3.º, da Lei Nacional da Pessoa com Deficiência. Art. 8º

92 A pena aplicável àquele que se recusou a matricular João no estabelecimento de ensino privado em razão de sua deficiência será agravada em 1/3, por ter sido o crime praticado contra menor de dezoito anos de idade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsão do artigo 8.º, §1.º, da Lei Nacional da Pessoa com Deficiência.

Julgue os itens a seguir, relativos à Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

93 A comissão intergestores tripartite (CIT) é uma instância de controle social que se caracteriza como um espaço de articulação entre os gestores e a sociedade civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o PNAS, a CIT é “um espaço de articulação entre os gestores (federal, estaduais e municipais), objetivando viabilizar a Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social” (p. 126).

94 A proteção social deve garantir a segurança de rendimentos, definida pela PNAS como uma compensação do valor do salário mínimo defasado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme texto da PNAS (2004), “A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego” (p. 31).

95 As conferências nacionais de assistência social têm a função de supervisionar a execução da PNAS e o seu financiamento, alinhadas às diretrizes apresentadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o PNAS, os conselhos têm como principais atribuições “a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos”. E as conferências têm como atribuição “avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado”.

96 As casas de passagem e as famílias acolhedoras são serviços de proteção social especial de média complexidade.

JUSTIFICATIVA - Errado. A PNAS (2004) prevê as casas de passagem e as famílias acolhedoras como exemplos de serviços de proteção social especial de alta complexidade.

97 A centralidade na família está incluída tanto nas diretrizes quanto nos objetivos da PNAS.

JUSTIFICATIVA - Certo. A PNAS (2004) dispõe que a centralidade na família está presente nas diretrizes para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, bem como nos objetivos, para assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e venham a garantir a convivência comunitária e familiar.

98 No âmbito da PNAS, a participação popular, enquanto instrumento de controle social, é efetivada por meio dos conselhos e das conferências, considerados espaços privilegiados de controle social, podendo outras instâncias contribuir para esse processo.

JUSTIFICATIVA - Certo. “Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo” (PNAS, 2004, p. 52)

Com base na Política Nacional da Pessoa Idosa (Lei n.º 8.842/1994) e no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), julgue os itens que se seguem.

99 É assegurado ao idoso atendimento prioritário na tramitação de processos e procedimentos judiciais, assim como na realização de atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente, e tal prioridade se encerra com o falecimento do idoso beneficiário.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o artigo 71, *caput* e § 2.º, do Estatuto da Pessoa Idosa.

100 A permanência em instituições asilares de caráter social é garantida aos idosos portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente, conforme assegura a Política Nacional da Pessoa Idosa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o parágrafo único do art. 4.º da lei que institui a Política Nacional da Pessoa Idosa, “É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.”

101 São assegurados a toda pessoa idosa os direitos de optar pelos cuidados de saúde que ela considerar mais favoráveis a si, exercer atividade profissional e usufruir da gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê que, somente nos casos em que a pessoa idosa esteja no domínio das faculdades mentais, ela poderá optar pelo tratamento de saúde que reputar mais favorável (artigo 17 da Lei n.º 10.741/2003). A pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional (artigo 26 da Lei n.º 10.741/2003). O Estatuto considera pessoa idosa aquela pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (artigo 1.º da Lei n.º 10.741/2003), no entanto somente aos idosos maiores de 65 anos é assegurada a gratuidade dos transportes públicos urbanos e semiurbanos (artigo 39 da Lei n.º 10.741/2003).

102 O direito à liberdade assegurado à pessoa idosa pelo referido estatuto abrange, entre outros, os aspectos de crença, culto religioso, opinião, expressão, participação na vida política e faculdade de buscar refúgio.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o artigo 10, § 1.º, incisos II,

III, VI e VII, do Estatuto da Pessoa Idosa.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue os itens subsequentes.

- 103** Em razão de falta ou omissão dos pais em relação à criança, a autoridade competente poderá determinar a colocação dela em família substituta.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com os artigos 98 e 101, inciso IX, do ECA.
- 104** Os atestados de sanidade física e mental e a certidão de antecedentes criminais são alguns dos documentos que deverão ser apresentados, no ato de ajuizamento da petição inicial, pelos postulantes à adoção de criança ou adolescente.
JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsão do artigo 197-A do ECA.
- 105** A autoridade policial que apreender criança ou adolescente e deixar de comunicar tal ato, no prazo de 48 horas, à autoridade judiciária competente, bem como à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, estará sujeita às penas de advertência e de reclusão de um mês.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o artigo 231 do ECA.
- 106** Durante a apuração de ato infracional atribuído a adolescente, caberá à autoridade policial encaminhar ao Ministério Público a cópia do auto de apreensão ou do boletim de ocorrência nos casos de liberação ou não liberação do adolescente.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com os artigos 175 e 176 do ECA.
- 107** Na impossibilidade de pronta transferência do adolescente para uma unidade de internação, ele poderá aguardar a sua remoção em repartição policial, em seção isolada dos adultos, por prazo não superior a 5 dias.
JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsão do artigo 185, § 2.º, do ECA.
- 108** Cabe à autoridade policial conduzir à delegacia especializada adolescente flagrado na prática de ato infracional, admitido o seu transporte em compartimento trancado da viatura policial.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o artigo 178 do ECA. .

Espaço livre

Considerando os aspectos de ética e atuação do profissional do serviço social, julgue os itens seguintes.

- 109** O Código de Ética do Serviço Social aprovado em 1965 não mencionava os princípios democráticos nem a luta para o estabelecimento de uma ordem social justa.
JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no art. 8.º do Código de Ética do Serviço Social aprovado em 1965.
Art. 8.º O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa.
- 110** O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, contempla a defesa dos direitos humanos, a recusa das práticas autoritárias, o compromisso com democratização da vida social e, ainda, reforça a liberdade como valor ético central.
JUSTIFICATIVA - Certo. Com a aprovação do Código de Ética profissional em 1993, os DH assumem um lugar de referência a partir da recusa do arbítrio, das práticas autoritárias e do conservadorismo. Na esteira do amadurecimento das reflexões éticas, emerge, com mais visibilidade, no universo do serviço social, o compromisso com a defesa da democratização da vida social, da liberdade como valor ético central e dos direitos humanos.
- 111** O primeiro Código de Ética dos Assistentes Sociais, aprovado em 1947, pautava o dever profissional em consonância com a lei de Deus e estabelecia o respeito à dignidade da pessoa humana à luz da caridade cristã.
JUSTIFICATIVA - Certo. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais aprovado em assembleia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) – Seção São Paulo, em 1947 preconizava que:
É dever do Assistente Social: 1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.
SEÇÃO II DEVERES PARA COM O BENEFICIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL I É dever do Assistente Social 1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando se na caridade cristã. I E dever do Assistente Social 1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando se na caridade cristã.
[Microsoft Word - CEP 1947.docx](#)
- 112** Para o aprimoramento de condições éticas e técnicas do exercício profissional definidas em resolução do CFESS, foi deliberado, no âmbito de Encontro Nacional das entidades CFESS-CRESS, a criação de um GT Nacional.
JUSTIFICATIVA – Certo. Conforme Relatório do 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília (DF), no período de 7 a 10 de setembro de 2023. Esse Encontro teve como deliberação: Criar GT Nacional para aprimorar as Resoluções CFESS nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional.
- 113** O conjunto CFESS-CRESS ratifica a importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres.
JUSTIFICATIVA – Errado. Conforme Relatório do 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília (DF), no período de 7 a 10 de setembro de 2023. Difundir a Nota Técnica “A importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal”.
Resolução n 12 do Eixo ética e Direitos Humanos.
[relatoriofinal-50nacional.pdf](#)

Maria é assistente social regularmente inscrita no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e exerce, na instituição em que trabalha, o cargo de chefia do setor de serviço social, onde atuam outras duas assistentes sociais e alguns estagiários.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, com base no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993).

114 Se Maria usar o seu cargo de liderança de forma discriminatória e praticar abusos de autoridade, ela está cometendo uma violação considerada especialmente grave, segundo o referido código de ética.

JUSTIFICATIVA – Certo. Considerando o Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8.662/93).

Art. 11 **É vedado ao/à assistente social: b- prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;** Art. 28 Para efeito da fixação da pena **serão considerados especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições: artigo 11 - alínea b, c, d;**

115 Se o CRESS impuser a Maria uma advertência pública, suspensão ou cassação da sua profissão, essa medida deverá ser obrigatoriamente efetivada por meio de publicação em diário oficial, não podendo ser afixada na sede do CRESS onde Maria esteja inscrita.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no art. 29 do Código de Ética do/a Assistente Social.

Art. 29. A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no artigo 33 **será confidencial, sendo que a advertência pública, suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial** e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido/a o/a denunciado/a e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

116 Maria, em sua condição de chefe, tem a liberdade de repassar informações aos estagiários, para que, na ocasião das férias das assistentes sociais do setor, eles possam exercer as atribuições específicas dessas profissionais, com o objetivo de dar prosseguimento ao trabalho.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no art. 4.º, “d” do Código de Ética do/a Assistente Social, segundo o qual é vedado ao assistente social compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/as profissionais.

117 Caso deixe de efetuar o pagamento da anuidade devida ao CRESS, Maria incorrerá na prática de infração disciplinar, ficando sujeita à pena de multa e à interdição do exercício profissional pelo prazo de 4 anos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no art. 22, “c”, e 25, *caput*, do Código de Ética do/a Assistente Social.

118 Maria tem o dever de denunciar ao CRESS a instituição em que trabalha caso comprove que as condições de trabalho de sua equipe não são dignas.

JUSTIFICATIVA – Certo. De acordo com o art. 13, “a” do Código de Ética do/a Assistente Social.

Julgue os itens subsequentes em relação a modalidade de família e estratégias de atendimento e acompanhamento, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.º 8.069/1990) e a Política Nacional da Assistência Social – PNAS (2004).

119 No âmbito da assistência social especial, a situação de rua é compreendida como uma situação de risco pessoal e social de uma família ou indivíduo.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a PNAS (2004) a assistência social especial é uma forma de atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos, situação de rua, entre outras. São serviços que comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que venham assegurar qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. E, ainda, os serviços de proteção especial tem uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (pag. 37).

120 O ECA considera como a família natural os pais e os parentes próximos que convivam e mantenham vínculos afetivos com a criança ou adolescente.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no artigo 25, *caput*, e parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei n.º 8.069/1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a existência de três espécies de família: a natural, a extensa e a substituta.

a) **família natural**: assim entendida a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (art. 25, *caput*, ECA).

b) **família extensa**: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (art. 25, parágrafo único, ECA).

Espaço livre